



A (RE)TRADICIONALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS PELO TURISMO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS KADIWÉU (MATO GROSSO DO SUL - BRASIL) E MĀORI (ILHA NORTE – NOVA ZELÂNDIA)

Djanires Lageano De Jesus

Professor Adjunto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Brasil.
netoms@uems.br

A (re)tradicionalização dos territórios indígenas pelo turismo: um estudo comparativo entre os Kadiwéu (Mato Grosso do Sul - Brasil) e Māori (Ilha Norte – Nova Zelândia) – (Resumo)

O artigo objetiva avaliar a partir de uma pesquisa de doutorado as transformações efetivadas pelo incremento do turismo em comunidades indígenas. Os métodos e técnicas empregados foram baseados na associação direta entre a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Foram efetuadas leituras vinculadas aos estudos da geografia, da antropologia e do turismo. Os resultados da pesquisa indicam que o *turismo indígena*, como o que acontece na Nova Zelândia tem como uma de suas funções a de potencializar a cultura local, principalmente os elementos ligados à dança, ao artesanato à pintura, ao canto e à reza, à língua nativa, às bebidas e comidas típicas, à agricultura, referenciais ao planejamento turístico do povo Kadiwéu.

Palavras Chaves: Geografia; Turismo Indígena; Tradição; Kadiwéu; Māori.

The (re) traditional territories of indigenous tourism: a comparative study between Kadiwéu (Mato Grosso do Sul – Brazil) and Māori (North Island – New Zealand) – (Abstract)

The article focus submit a doctoral research whose goal on the evaluation and the transformations caused by the increase of tourism in the indigenous communities. The methods and techniques employed were based on the direct association between the literature review, documents and a research in the field. An analysis was made related to the study of Geography, Anthropology and Tourism. As the results of the research, as well as the indigenous tourism of North Island New Zealand also uses its functions to enhance the local

culture, mainly related to dance, crafts to painting, singing and prayer, the native language, ethnic foods and beverages, agriculture, referring to the touristic planning of Kadiwéu people.

Keywords: Geography; Indigenous Tourism, Traditional; Kadiwéu, Māori.

Com o fortalecimento econômico e a crescente expansão do turismo, acompanhados pelo aceleração do fluxo em destinos turísticos diferenciados, essa atividade passou a receber maior atenção de gestores na elaboração de políticas públicas específicas para seu desenvolvimento, bem como ações ordenadas para diversas regiões e localidades.

Dimensionar e avaliar as interferências diretas que o turismo indígena pode provocar nos núcleos tradicionais é uma questão basilar para a constituição de uma atividade que valorize o espaço utilizado como reprodução cultural. A atividade turística possibilita ações de planejamento em longo prazo, com propostas de capacidade de suporte, conservação e revitalização da cultura. Por outro lado, também potencializa o turismo de massa, com forte apelo para o lucro fácil, que visa a resultados imediatistas, principalmente quando o fenômeno do turismo é tratado como slogan e apresenta-se como “solução” para a geração de empregos, ignorando-se, todavia os investimentos necessários para sua sobrevivência e manutenção.

Sob enfoque citado, este artigo tem por objetivo socializar os resultados obtidos na pesquisa de doutoramento cuja meta era de avaliar as transformações efetivadas pelo incremento do turismo indígena, além de verificar se tal atividade contribui para a modificação das relações pretéritas construídas historicamente pelas comunidades indígenas neozelandesas (Māori) com a potencialidade turística semelhante dos povos indígenas sul-mato-grossenses (Kadiwéu).

Acredita-se que, no processo de constituição do turismo indígena, gera-se uma relação dialética no campo cultural. Ao mesmo tempo em que se causa uma intensificação na degradação, massificação e homogeneização cultural, promove-se também a manutenção e a revitalização dessa mesma cultura. Fatores internos e externos influenciam na transformação, dando novo impulso à tradição e a seu poder simbólico.

Partindo desse pressuposto, a pesquisa identificou como as mudanças desencadeadas pela atividade turística podem manter e/ou modificar as relações socioespaciais erigidas historicamente pelas comunidades indígenas, localizadas em distintas unidades espaciais. Para isso, utilizou-se como campo de análise a realidade observável da comunidade indígena Kadiwéu, em Mato Grosso do Sul e do povo Māori da Ilha Norte da Nova Zelândia.

Um contexto multidimensional é considerado na pesquisa. No caso da área indígena localizada no Mato Grosso do Sul, as interferências não se esgotam apenas no viés ambiental e cultural, mas também pelo próprio processo de exclusão socioespacial. A realidade neozelandesa mostra características distintas de descaracterização cultural, em função do próprio processo de colonização. Porém, na atualidade, vêm sendo provocadas mudanças significativas por causa do seu desenvolvimento turístico. Além disso, o turismo indígena nos territórios Māori vem possibilitando a constituição de sua (re)tradicionalização.

A potencialidade turística com enfoque na cultura indígena, identificada em várias porções do estado de Mato Grosso do Sul, induziu à necessidade de uma análise transdisciplinar entre os

campos do Turismo, da Geografia e da Antropologia. Para tanto, a comunidade indígena Kadiwéu foi escolhida como a representante das etnias sul-mato-grossenses, a fim de que seja traçado um paralelo com a realidade neozelandesa. No sentido de compreender as dinâmicas internas e externas do processo de “turistificação”, algumas questões foram norteadoras para a pesquisa, entre elas, analisar em que medida as culturas indígenas Kadiwéu e Māori “perdem” sua autenticidade e tradicionalidade, em virtude das transformações provocadas pela atividade turística, e de que forma o turismo favorece as práticas culturais familiares e sociais da comunidade indígena na produção e transformação do espaço.

O fio condutor da análise baseou-se na hipótese de que, independentemente das ações fomentadas pela atividade turística, a cultura indígena sempre sofreu, e continuará sofrendo interferências e modificações - em maior ou menor grau - de ordem econômica, social, espacial, territorial, ambiental e cultural. Acredita-se que o planejamento participativo do turismo junto às comunidades indígenas brasileiras pode ser instrumento de transformação e valorização de elementos culturais tradicionais na composição da atividade, além daqueles considerados “novos” ou “inventados” para a produção turística.

O turismo indígena, como acontece na Ilha Norte da Nova Zelândia e, de certa forma, em diversas localidades brasileiras, tem, como uma de suas funções, a de potencializar a cultura local, principalmente no que diz respeito aos elementos ligados à dança, ao artesanato e à pintura, ao canto e à reza, à língua nativa, às bebidas e comidas típicas, à agricultura, entre outros aspectos. Além disso, possibilita novas formas de subsistência tanto para a sociedade indígena como aqueles envoltos aos seus territórios.

Para a construção da relação dialética entre as discussões teóricas e as realidades empíricas deste estudo, a pesquisa caracterizou-se por ser bibliográfica e de campo, com levantamento documental e observação das realidades concernentes à do estado de Mato Grosso do Sul (representado pelo povo Kadiwéu) e da Ilha Norte da Nova Zelândia (representada pelo povo Māori). Os grupos indígenas estudados foram selecionados mediante sua concentração territorial e potencialidade para desenvolvimento do turismo local. A escolha do povo Māori deve-se à tradição de fomento do turismo em territórios indígenas na Nova Zelândia, que ultrapassa mais de um século e que gera receitas significativas para todos os atores do segmento turístico no país. Com relação ao povo Kadiwéu, a escolha foi devido à tradição na confecção do artesanato, sua distribuição territorial, além de outros elementos culturais significativos para constituição da história do estado de Mato Grosso do Sul.

Para levantamento das informações necessárias à investigação científica, foram coletados materiais em órgãos públicos sob as esferas federal, estadual e municipal, bem como na iniciativa privada, na sociedade civil organizada, nas empresas de atividade turística e nas sociedades indígenas estudadas, no período de março de 2008 a dezembro de 2011. Além disso, buscou-se acompanhar a discussão da temática através da participação em eventos de natureza técnica e científica ligada à área.

Similaridades e diferenciações entre o Brasil e a Nova Zelândia

Seguindo as linhas do tempo de ambas as realidades estudadas, tem-se que essas iniciaram sua história com a atividade turística a partir dos meios de hospedagem e de forma amadora.

Essa história parte das antigas hospedarias, vindo até a construção dos grandes hotéis ao final do século XIX. Entretanto, diferentemente do Brasil, a Nova Zelândia deu um passo largo no que se refere à organização profissional do turismo. Em 1901, ela tornou-se o primeiro país no mundo a estabelecer a organização do turismo nacional com a implantação do Departamento de Turismo e Resorts de Saúde e, em 1911, fundou a agência nomeada *The Government Tourist Bureau*. O Brasil teve a primeira iniciativa para desenvolver o turismo nacional através do *Touring Club* do Brasil em 1923 e apenas ganhou peso em 1958 com a criação da COMBRATUR.

Analisando os dados estatísticos, tanto o Brasil como a Nova Zelândia vêm apresentando crescimento acentuado de visitantes estrangeiros, e as divisas deixadas por eles no mercado turístico provocam grandes impactos positivos na balança comercial, gerando emprego e renda para a população. O que se apresenta como desvantagem para o Brasil é a média de permanência dos visitantes no país, cerca de nove dias, em contraponto com a realidade neozelandesa, de dezoito dias. Entre os fatores que provocam essa diferença está a variedade de atrações disponíveis, preços de passagens competitivos, segurança pública, entre outros.

Nesse contexto mercadológico, a atividade turística apresenta impactos que merecem atenção quando relacionada ao seu desenvolvimento. O maior estímulo para seu fomento é o econômico, uma vez que o dinheiro advindo dos turistas gera novos recursos que circulam na economia local, várias vezes, transformando-se em “efeito multiplicador”, beneficiando a variedade de segmentos de mercado. Analisando o contexto em que se projeta o turismo mundialmente, tanto o Brasil como a Nova Zelândia vêm acompanhando as tendências gerais de se reduzir o turismo, em diferentes escalas, com uma finalidade econômica.

No que tange às políticas públicas nacionais, o Brasil, diante da necessidade de expansão do negócio turismo, vem procurando fomentar junto aos seus organismos federais, estaduais e municipais modelos de gestão descentralizadas e compartilhadas, a fim de reestruturar a oferta turística nacional. Lançou-se recentemente o PNT 2011-2013, que vem promovendo vários eventos nacionais de fomento ao turismo e, inclusive, a reformulação da legislação turística com a promulgação da Lei do Turismo.

Estão previstos no Brasil grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Estes poderão impulsionar o melhoramento e criação de ofertas turísticas capazes de atender com qualidade a demanda estrangeira. Entretanto, o que se percebe são problemas estruturais e de gestão pública por parte dos políticos envolvidos na organização turística. Muitos destes estão preocupados mais em marketing pessoal, de favorecimento ilícito com grandes empresários e, conseqüentemente, de autobeneficiamento financeiro, ou seja, recebimento de vantagem financeira de fontes desconhecidas, prática comum no cenário político brasileiro que se estampa na mídia nacional e internacional.

Concomitantemente, o cenário neozelandês segue ritmo de expansão turística gradativa, aliás, desde o início da organização turística vem procurando formas de intensificar e qualificar sua oferta hoteleira, de agenciamento, de transportes, de lazer e entretenimento, de alimentação, entre outros equipamentos, além da mão-de-obra especializada. Dentre as ações fomentadas pelo governo, tem-se o relançamento da campanha “100% Pure New Zealand”, cuja finalidade é promover positivamente a imagem do país junto ao mercado externo, utilizando diversas estratégias de publicidade e marketing on line.

Observando as políticas públicas realizadas na Nova Zelândia, percebe-se que estas acontecem de fato e são eficazes. Um dos fatores se deve à forma de gestão pública adotada. O país apresenta-se, segundo a ONG *Transparency Internacional* (2010), juntamente com a Dinamarca e a Cingapura, em 1º. lugar entre os países menos corruptos do mundo, ao contrário do Brasil, que já melhorou sua posição, mas continua em 69º posição.

Nesse contexto apresentado, vão se configurando as formas de definição da segmentação do turismo em ambos os países, baseadas no princípio de transformação da realidade das localidades, o que faz surgir alternativas para potencializar os recursos disponíveis. Os territórios indígenas em todo o mundo, inclusive no Brasil e na Nova Zelândia, constituem-se como palco para representação cultural e identificação étnica. Para tanto, estes vem sendo utilizados na constituição e organização turística, sobretudo com a finalidade de desenvolvimento local.

Nesse sentido, os territórios passam a ter poderes simbólicos de múltiplas faces, ora reforçando a segregação, ora viabilizando dinâmicas de convívio ou de ativação de múltiplas identidades. Portanto, cada grupo cultural possui características monolíticas e fechadas ou dinâmicas e abertas. O fato não é apenas identificar essas características, mas, principalmente, que as pessoas estejam abertas à reformulação da própria identidade, no sentido de aceitar convívio e diálogo plural com as identificações alheias.

Paralelamente aos casos apresentados de turistificação dos territórios, tanto a experiência brasileira como a neozelandesa, cabe ressaltar que as transformações advindas da atividade devem considerar as necessidades das comunidades indígenas ao levar em conta os benefícios sociais que podem ser gerados, e não somente o fator econômico como mola propulsora para o desenvolvimento social e espacial.

Partindo-se dessa prerrogativa, observa-se que, nas últimas décadas, as decisões comunitárias vêm se constituindo em novo modelo para o desenvolvimento responsável do turismo. Isso é reiterado por Barreto (2005, p. 20): “A comunidade deve ter o direito de pronunciar-se, inclusive, sobre o não desenvolvimento do turismo em determinado local” e como deve ser conduzida a atividade a partir de políticas, programas e projetos que as incluam desde a base de planejamento.

Em relação à atividade, em ambos os casos, brasileiro e neozelandês, notam-se diferentes patamares de desenvolvimento e incentivos para que a proposição teórica fomentada gere esforços para permitir tanto os investimentos nos equipamentos e serviços que compõem um determinado núcleo receptivo, como também, e principalmente, na qualificação de mão-de-obra indígena. Todavia, no caso Māori, observa-se incentivo público muito maior no desenvolvimento do turismo e no impulso ao protagonismo local. No entanto, na realidade brasileira os territórios indígenas, muitas vezes, ficam à mercê de ações exógenas para o seu desenvolvimento.

Quando se trata de política vigente de turismo indígena no Brasil, as pesquisas realizadas para discorrer sobre esse assunto são praticamente inexistentes. Encontram-se planos, programas, diretrizes e metas relacionadas diretamente ao desenvolvimento do turismo e não a segmentação turística específica, como é o caso do turismo indígena. Os projetos que são executados em territórios indígenas congregam parcerias entre setores público, privado,

sociedade civil e comunidades tradicionais, em especial, a atividade de ecoturismo em territórios indígenas.

Algumas ações governamentais já aconteceram no Brasil, principalmente com a Política Nacional de Ecoturismo elaborada em 1994. A ação objetivou a inclusão de povos indígenas, estimulando-os a participar do processo de planejamento como forma de preservação de seu patrimônio cultural e ambiental. Entretanto, não existiu uma sequência na organização do segmento para atender os grupos que já trabalhavam com o turismo ou aqueles que gostariam de se inserir na atividade de forma profissional. Ou seja, existe uma informalidade estabelecida, primeiro pelas políticas públicas incipientes, segundo pela falta de diretrizes e legislação específica que deem conta de responder e regularizar os territórios e grupos indígenas. As comunidades ficam segregadas e, de certa forma, incapacitadas de buscar apoio logístico e financeiro para desenvolver projetos de turismo indígena, sobretudo, por não serem regulamentadas.

Em contraponto, a Nova Zelândia tem se projetado no cenário mundial pela consolidação de políticas governamentais e organizações que permitem a participação ativa do povo indígena no planejamento e organização do turismo. É visível, no país, o envolvimento das gestões pública e privada para possibilitar a inserção do indígena dentro da oferta turística. Os equipamentos específicos e de infraestrutura geral, em sua maioria, possuem nomes alusivos aos povos tradicionais, valorizando a cultura no dia a dia do povo neozelandês. O próprio Ministério do Desenvolvimento Māori propicia aconselhamento, orientação e apoio aos empreendimentos turísticos com finalidade cultural. Ações acontecem no país, inclusive com o fomento do Programa de *Mentoring* Māori Turismo no ano de 2009/2010, que objetivou assessorar os empreendimentos turísticos indígenas para se tornarem rentáveis e sustentáveis (NZMTC, 2011). Além disso, os indígenas passam por constantes treinamentos e qualificação para entender sobre hospitalidade, planejamento, desenvolvimento, gestão e comercialização de produtos turísticos.

A priori, tanto na literatura, como nas experiências de sucesso ou ações governamentais e privadas que envolvem o planejamento participativo, observa-se que a gestão integrada oportuniza as comunidades a avaliação dos impactos decorrentes da atividade, permitindo que sejam elencadas prioridades, além de fazer com que seja certificado o desenvolvimento de um programa de turismo responsável. Dessa maneira, o cidadão se envolve com o processo de planejamento, já que vivencia diariamente as causas, as consequências e os efeitos do desenvolvimento do turismo na localidade. Porém, o desafio maior é encontrar condições para que o turismo se torne mais sustentável, capaz de contribuir para o desenvolvimento sem depreciação dos recursos naturais e culturais locais.

Nesse sentido, ambas as realidades, tanto a brasileira como a neozelandesa, mesmo que informalmente, em maior ou menor grau de desenvolvimento, vêm aproveitando os elementos culturais disponíveis sejam eles arraigados de significados tradicionais ou transformados ao longo do tempo, como formas de produção turística. A turistificação dos territórios indígenas, até o momento, provoca modificações significativas e positivas. Quando se analisa o turismo indígena no Brasil e na Nova Zelândia, neozelandesa e brasileira, é possível perceber que a autonomia econômica e de gestão, potencializa a propagação da cultura de forma geral, não só para os consumidores do turismo (os turistas), mas principalmente para as crianças e para os

jovens indígenas. Estes podem se projetar no futuro com uma alternativa profissional viável e de conservação cultural e histórica.

A relação do turismo entre os Kadiwéu e os Māori

Na perspectiva de avaliar o estudo de caso dos Kadiwéu sobre a possibilidade futura de implantação do turismo indígena subsidiado pelas experiências adquiridas dos Māori, foram evidenciados os elementos culturais potencializadores da (re)tradicionalização. Paralelamente, apresentaram-se as similaridades e diferenças do contexto neozelandês, possibilitando indicativos necessários para construção de diretrizes futuras de fomento da atividade turística com enfoque indígena em Mato Grosso do Sul.

O estado de Mato Grosso do Sul (MS) possui a segunda maior população indígena do país, ficando atrás apenas do estado do Amazonas. No MS, segundo dados preliminares do IBGE (2011) são 73.295 indígenas (14.475 população urbana e 58.838 população rural), distribuídos em 75 aldeias espalhados na maioria dos municípios do estado. As etnias que compõem o cenário indígena estadual são: *Atikum* (localizados na Área Indígena de Nioaque, da etnia Terena); *Guarani: Kaiowá e Ñandeva* (habitam a região sul do MS); *Guató* (localizadas no extremo norte do estado, nas margens do Rio Paraguai e fronteira com Brasil-Bolívia, município de Corumbá), *Kadiwéu* (localizados no extremo oeste do MS, na maior área indígena fora da Amazônia Legal no município de Bodoquena); *Kinikinau* (localizados no extremo oeste do estado, mais precisamente nas terras Kadiwéu, município de Porto Murtinho); *Ofaié* (localizados na região leste do estado); *Terena* (localizadas na região sul e centro-oeste do estado de MS); *Kamba* e *Chiquitano* (localizados no “Reduto São Francisco de Assis” e designado pelos próprios indígenas como “Alameda” – região periférica próxima à estação rodoviária da cidade de Corumbá) (FUNAI, 2011).

O território indígena Kadiwéu, embora pertencente ao município de Porto Murtinho (250 quilômetros distante da sede do município), está localizado mais próximo da área urbana da cidade de Bodoquena (55 quilômetros), região pantaneira. O território é de difícil acesso pelo fato de existirem estradas sinuosas, esburacadas e com bancos de areia. Sua população é estimada em 1.358 pessoas. A Reserva Indígena Kadiwéu (RIK) é formada por seis aldeias, sendo que as duas maiores constituíram-se em torno do posto da FUNAI. A aldeia maior, Alves de Barros (antigo Posto Indígena Presidente Alves de Barros) localiza-se no nordeste da Terra Indígena, ao pé da Serra da Bodoquena, vizinha à aldeia Campina situada a 5 km desta. Na porção oeste da RIK, localizam-se as aldeias Barro Preto, São João, Tomázia e a mais recente, Córrego do Ouro (FUNAI, 2011).

Já a Nova Zelândia é um país composto por duas ilhas maiores - Ilha Norte (IN) e Ilha Sul (IS). A Ilha Sul é a de maior extensão territorial, porém, a Ilha do Norte concentra mais de dois terços da população de toda a Nova Zelândia, incluindo nesse montante 505.000 Māori, ou seja, 76% do total de indígenas do país. São 52 tribos das 60 existentes no país. Na mesma Ilha, localizam-se as maiores cidades do país além da concentração da maioria dos empreendimentos turísticos indígenas (cerca de 600 empresas).

Analisando os dados inventariados por meio dos registros fotográficos, documentais, bibliográficos e orais, a Reserva Indígena Kadiwéu apresenta forte potencial para

desenvolvimento do turismo indígena de forma sustentável e, acima de tudo, promovendo a (re)tradicionalização cultural dos povos que nela habita. No que tange aos elementos possíveis de atratividade turística na cultura Kadiwéu, e que também são utilizadas na composição do produto turístico Māori, citam-se:

- Artesanato - O processo de produção do artesanato Kadiwéu vai desde a coleta da matéria-prima (argila e sedimentos rochosos), trituração manual do material, mistura das argilas, amassamento e modelagem, desenho, até a queima e pintura. Esse processo conserva hábitos e costumes antigos. Até os dias de hoje, as mulheres é que se encarregam dessa atividade, realizando todo o processo de confecção do artesanato. Nesse aspecto, na Nova Zelândia, existe a interação direta entre as artesãs e as turistas quando os exemplares são confeccionados durante a oficina oferecida pelas próprias indígenas no receptivo turístico. Diferenciados positivamente da realidade neozelandesa, os Kadiwéu podem ir além, pois possuem um cenário mais rústico e natural para socializar também o processo de coleta de matéria-prima, além da confecção do artesanato em si. Isso estimularia ainda mais o interesse dos visitantes em participar em oficinas organizadas pelas próprias artesãs Kadiwéu.
- Iconografia – Analisando o significado associado ao uso simbólico de imagens ou formas representadas em obras de arte, a iconografia Kadiwéu é marco de expressão de identidade e alteridade desse povo. Apesar de poucos indígenas se dedicarem à conservação dos traços culturais, a representação iconográfica ainda é bastante marcante. Da mesma forma que os marcos iconográficos Māori, eles são marcados por significados e simbologias ancestrais. Na produção turística neozelandesa, a iconografia está catalogada em livros publicados, nos documentários produzidos, nos museus espalhados no país, nas lojas de artigos indígenas, nos equipamentos turísticos, nas universidades, entre outros locais de visitação pública. Nesse sentido, é preciso um olhar mais apurado, para que as interpretações promovidas principalmente pelos Kadiwéu mais idosos aconteçam de forma documental, permitindo que esse saber seja passado às gerações seguintes fluentemente. Dessa forma, é preciso construir um trabalho associado às universidades, que poderão ser parceiras na produção de material etnográfico escrito e traduzido posteriormente pelos Kadiwéu, buscando a materialização dos significados culturais indígenas, da mesma forma como acontece entre as parcerias estabelecidas na Nova Zelândia.
- Organização familiar e hierarquização social - As famílias Kadiwéu ainda estão divididas em clãs, sendo o clã superior dominante internamente e os cativos compostos de famílias mestiças, em outra extremidade. Existe a hierarquização entre os indivíduos entre as aldeias, sendo o maior destaque conferido ao Cacique, que representa cada comunidade interna e externamente, ou seja, na RIK são seis lideranças cada uma com sua dinâmica social. As famílias composta pelo pai, mãe, filhos(as), genros, noras e netos(as) costumam compartilhar os terrenos e os hábitos diários. Na tradição Māori, da mesma forma como acontece com os Kadiwéu, a compreensão de união é cultivada desde o nascimento, sendo que a família exerce um papel preponderante para estabelecer hierarquia e princípios morais. Associando ao contexto turístico, os indígenas neozelandeses entenderam que a visita aos *Marae* era um forte atrativo, porém, imbuído de sentimentos e simbologias milenares. Por isso, os indígenas construíram espaços diferenciados de visitação, nos quais são permitidas algumas encenações culturais decididas por eles. Procedimento semelhante poderia ser colocado em prática na realidade Kadiwéu.

- **Economia** - A economia Kadiwéu é baseada na subsistência, ou seja, na agricultura familiar distribuídas em pequenas roças cultivadas nos quintais e na venda do artesanato. Bolsas de assistência social do governo e arrendamentos eventuais (devido ao longo período de cheia das águas do pantanal) do pasto para a criação de gado pantaneiro aos pecuaristas do entorno também contribuem para aumentar a renda. Diferentemente das questões econômicas dos indígenas neozelandeses, no caso dos Kadiwéu, por se tratar de uma Reserva demarcada, sugere-se que a atividade turística seja apenas complementar à renda das famílias, minimizando os impactos negativos gerados pela dependência excessiva de apenas um segmento econômico.
- De forma diferente dos Māori, independentemente de não estarem prontos no momento para desenvolvimento da atividade turística, podem ser apontados aspectos culturais que necessitam de estímulo para que se promova a (re)tradicionalização dos Kadiwéu:
- **Língua Nativa** - Apesar de grande parte da comunidade falar o idioma tradicional Kadiwéu, segundo relatos dos indígenas mais idosos e também na percepção durante a pesquisa de campo, as novas gerações não fazem uso do idioma. Alguns dos fatores explicativos são os casamentos com pessoas externas à RIK. Nas escolas instaladas nas aldeias, o ensino não é totalmente no idioma indígena, até mesmo porque o material didático é produzido em português. Nesse sentido, é preciso criar mecanismos de tradução do material didático e promover estímulos para as famílias disseminarem o idioma Kadiwéu, como acontecem com a organização Māori. Estes vêm procurando formas de disseminação e revitalização do idioma através das escolas públicas, oferecendo ensino diferenciado indígena. Além disso, é preciso se pensar na ampliação de pesquisas e ações extensionistas promovidas por universidades parceiras.
- **Danças, Festas e Rituais** - Observando os depoimentos e informações coletadas, percebe-se que os eventos culturais são atividades praticamente em desuso na cultura Kadiwéu. Vários fatores contribuem, como se constatou nas falas dos indígenas, entre eles, os gastos de realização e a falta de estímulo pessoal, além da influência das igrejas evangélicas instaladas nas Aldeias, que incitam a ideia do pecado sobre as manifestações culturais ritualísticas. Na Nova Zelândia, os eventos ligados a dança, festas e rituais indígenas são formas concretas de disseminação cultural e sobrepõem qualquer diversidade religiosa existente. Além de ser mecanismo de interação sociocultural entre os próprios indígenas, são fortes atrativos para os turistas, que além de visualizarem as formas de manifestação cultural (definidas para esta finalidade), interagem naquelas que são voltadas para as boas-vindas, de proteção de vida, de prosperidade e de agradecimento. Diante da experiência positiva, os Kadiwéu poderiam estimular formas de incentivo à prática cultural associada ao interesse religioso diverso, promovendo, acima de tudo, o respeito mútuo para se tornar um instrumento revitalizado culturalmente e, conseqüentemente, um atrativo turístico local.
- **Indumentária** - Analisando o caso Kadiwéu, verifica-se que a indumentária utilizada na atualidade está totalmente influenciada pela moda contemporânea não indígena, ou seja, não foram evidenciadas, nas casas visitadas, vestimentas ou adornos que caracterizassem os traços culturais do grupo, a não ser por meio de fotografias. Uma ação isolada de (re)tradicionalização está acontecendo na RIK por meio de uma Kadiwéu formada em moda e estilo, que utiliza elementos do passado, com a introdução das tendências de moda atual. Nesse aspecto, os indígenas neozelandeses organizaram um estudo para revitalizar a

indumentária do passado e esta foi introduzida nas encenações turísticas. Ao mesmo tempo, produziram-se peças modernas, numa releitura do passado para atender demandas distintas. Da mesma forma, acredita-se que os Kadiwéu possam apoiar essa ideia, associando a representação histórica das vestimentas com as tendências contemporâneas da moda, incluindo vestimentas específicas na produção turística para auxiliar a reconstrução histórica do povo.

- Pintura Corporal e Facial - Essas pinturas estão associadas aos rituais e cerimônias tradicionais e, mesmo existindo indígenas idosas que conhecem perfeitamente a técnica, estas não fazem mais o uso de tais práticas artísticas e simbólicas. Ao contrário, a influência indígena neozelandesa provocou, além da conservação da tatuagem e da pintura facial e corporal masculina e feminina entre os pares, a disseminação entre os não indígenas que visitam o país. Eles realizam os desenhos corporais associando o significado de cada técnica empregada. Acredita-se que aproveitando o conhecimento das indígenas Kadiwéu mais idosas, poderia ser realizado um treinamento com as mais jovens e, talvez, incluir as pinturas corporais na produção turística.

- Cavalgadas - Apesar de historicamente os Kadiwéu serem conhecidos como “índios cavaleiros” ou “índios guerreiros”, devido às participações em guerras intertribais e na guerra contra o Paraguai, durante as pesquisas de campo não foi reportado nenhum evento que concentrasse um grupo de homens Kadiwéu como os realizados nas cavalgadas históricas. Segundo relatos, essas cavalgadas despertam grande sentimento de conquista, bravura e proteção entre as famílias. Foi possível, entretanto, verificar que, ao longo de toda a RIK, são criados cavalos soltos no pasto. O que ocorre atualmente são passeios esporádicos a cavalo entre as aldeias existentes na RIK, apesar de os veículos automotores serem mais utilizados para essa finalidade. Nesse aspecto, poderiam ser realizados, além de uma simulação de uma cavalgada histórica, passeios a cavalo na RIK, nos quais os indígenas ensinariam aos visitantes as técnicas de encilhamento e de montaria. Não se identificaram relatos sobre a habilidade de cavalgada com os Māori. Entretanto, eles são considerados “índios navegadores” pelo conhecimento e participação das grandes navegações ocorridas em período de guerra. Atualmente, são introduzidas na produção turística encenações através de passeios oferecidos nas *Wakas* tradicionais, o que também pode ser perfeitamente adaptado na realidade Kadiwéu nas atividades de cavalgada.

- Moradia - Visualizando a distribuição das moradias na RIK, percebe-se um misto de casas, em sua maioria, as de alvenaria, construídas com recursos públicos (estilo popular), e as casas, em menor quantidade, com estruturas tradicionais feitas com bambu, barro e folhas de palmeira. Além disso, existem edificações antigas utilizadas por personalidades históricas associadas aos Kadiwéu, que atualmente se encontram abandonadas e sem condições de utilização. Nesse sentido, não se espera voltar às formas de moradia do passado com os Kadiwéu (apesar de alguns exemplares ainda existirem nas Aldeias da RIK), entretanto, seria possível destinar algumas edificações para exemplificar o modo tradicional, auxiliando inclusive no recontar da história do povo em questão, como sucede na Nova Zelândia.

- Alimentação - Os hábitos e costumes atuais configuram-se no cultivo baseado na agricultura de subsistência, ou seja, no milho, no feijão, na mandioca, na batata, nas hortaliças, nas frutas, na criação de bovinos, suínos e aves, além da pesca e caça. Concomitantemente, existe a introdução de alimentos industrializados, como os enlatados e

embutidos, complementando as refeições das famílias. Não se evidenciaram características tradicionais que pudessem ser fator diferenciador na oferta turística, a fim de revitalizar uma gastronomia peculiar, como acontece na realidade neozelandesa. Seria, portanto, necessário um estudo dos alimentos e bebidas básicas tradicionais Kadiwéu para introduzir no cardápio oferecido aos turistas durante a visita a RIK.

- Lazer e Entretenimento - Apesar da presença expressiva de crianças Kadiwéu, não foram identificadas brincadeiras e jogos tradicionais. Pelo contrário, constatou-se a prática de atividades indígenas não tradicionais, como o futebol. Independentemente das motivações pessoais de lazer, que ultrapassam as fronteiras da RIK, sugere-se um estudo das atividades de lazer e entretenimento tradicionais para serem revitalizadas e oferecidas como opção aos visitantes como ocorre na Nova Zelândia. Lá, os Māori oferecem aos visitantes a oportunidade de participar das brincadeiras tradicionais, nas danças, nos jogos coletivos e individuais, ao mesmo tempo em que são exímios jogadores e campeões de torneios mundiais de *Rugby*. A interação social promovida, quando os indígenas e os visitantes estão em contato mútuo em atividades lúdicas, despertam, além da alegria e satisfação, o respeito à diversidade cultural.

A partir das evidências elencadas na experiência turística dos Māori, é possível estabelecer uma análise comparativa sobre o território simbólico e as projeções necessárias para produção do espaço turístico Kadiwéu. Observando que a comunidade Kadiwéu vive dentro de um território demarcado para uso coletivo, de onde busca a subsistência familiar e sua representação étnica, é preciso cuidado no que tange ao uso não indígena.

O território simbólico em questão atualmente está dividido com um cenário atípico, impulsionado pela inserção das Igrejas Evangélicas na RIK, provocando mudanças nos hábitos e costumes culturais. O uso do território para eventos de caráter ritualístico tem sido deixado de lado em função da religião introduzida de fora e, até mesmo, pela fala de alguns indígenas, pela falta de estímulo e incentivos para continuidade nos dias de hoje. Além disso, existem as residências das famílias espalhadas por toda Reserva, onde cada terreno apresenta uma dinâmica social e de agricultura familiar diferenciada.

Pensando na dinâmica territorial posta, acredita-se que para o dimensionamento do espaço turístico é preciso, antes de tudo, fundar uma cooperativa turística, a fim de gerir e organizar a atividade. Além disso, é preciso reservar locais específicos para inserção de atividades de lazer, entretenimento e que apresentem os valores culturais indígenas. Focando na RIK, é preciso inventariar os elementos culturais para criar mecanismos de (re)tradicionalização. Existem espaços já construídos, como uma casa que foi utilizada pelo posto da FUNAI e também pelo pesquisador Darcy Ribeiro desde a época em que desenvolveu suas pesquisas na Reserva, que poderia passar por uma reforma e servir de receptivo turístico, bem como espaço para as oficinas de artesanato, pintura, entre outras atividades já evidenciadas. Além disso, há espaços de uso coletivo, como galpões e a própria escola, que poderiam ser readequados e utilizados de forma compartilhada. As atividades externas poderiam ser realizadas ao ar livre e junto aos recursos naturais disponíveis.

Considerações finais

Embora os povos indígenas da Ilha do Norte e do estado de Mato Grosso do Sul provenham de meios geográficos, culturais e econômicos muito diversos, partilham de problemas e oportunidades comuns. Dessa forma, observando as duas realidades, em termos de cultura, turismo e desenvolvimento local, pode-se apontar que as práticas e manifestações dos dois povos estudados são correlatas, na medida em que o fator cultural se mostra em ambos como uma ferramenta capaz de mobilizar, integrar e convergir ações. No caso das comunidades em questão, tanto os Kadiwéu como os Māori apresentam valores locais, história e cultura que se integram e passam a ser as vias de abertura ao mundo, no qual o turismo indígena surge como possibilidade para exacerbar o desenvolvimento e, por consequência, a (re) tradicionalização.

Pelo mesmo viés argumentativo, acredita-se que empreender o turismo em comunidades indígenas, tomando-se a máxima do desenvolvimento local, é interligar os recursos existentes sem desconsiderar as variáveis que recaem sobre eles, a fim de manter e evitar a extinção. Assim, a localidade com potencial turístico, como constatado no caso Kadiwéu, deve apresentar condições que demandem efetivamente critérios para sua idealização, sem, no entanto, descaracterizar os anseios e as necessidades da comunidade.

A atividade turística pode ser considerada como essencial à vida moderna, surgindo como mecanismo eficaz para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de uma localidade, ao atestar a inserção de benefícios coletivos, quando planejada adequadamente. Diante dessa assertiva, no planejamento voltado para o turismo indígena, deve-se buscar uma adequação das motivações do fluxo turístico e do núcleo receptor. Por isso, deve-se procurar atender as expectativas do primeiro, sem desmerecer os direitos do segundo, no que concerne ao equilíbrio ecológico, social e cultural, considerando que a atividade turística transcende a esfera econômica.

A busca de tal equilíbrio deve ser cuidadosa, para que as comunidades indígenas envolvidas não “reduzam” sua autenticidade e tradicionalidade na massificação que pode ser potencializada com a atividade turística. Existem casos, tanto no Brasil como na Nova Zelândia, onde comunidades foram influenciadas estritamente pela questão econômica do turismo, deixando de lado seu valor cultural, o que provocou sérios problemas, resultando, em alguns casos, no desaparecimento da atividade.

Diante desse risco, as comunidades indígenas devem fomentar a (re)tradicionalização, de forma que esta venha a se tornar fator diferencial dentro da organização do turismo. A artificialização da cultura não contribui de fato para a diferenciação e a motivação da demanda turística. Pelo contrário, ela pode estimular um tipo de demanda indesejada, ou seja, que provoca a depredação e o preconceito.

Nesse sentido, diante das experiências documentais, observadas na pesquisa de campo, propõe-se pensar o turismo indígena a partir de algumas premissas, reflexões e diretrizes fundamentais, como as que seguem:

- Antes de se pensar no desenvolvimento do *turismo indígena* Kadiwéu em si, é importante desenvolver, com profundidade, um estudo etnográfico da comunidade em questão, através de uma pesquisa dialógica que envolva, ao mesmo tempo, indígenas e

pesquisadores. Tal esforço deve levantar, entre outros, aspectos da formação histórica da comunidade, sua organização social e espacial, seu ambiente e sua produção. Tal estudo deve procurar apontar possíveis potencialidades presentes na comunidade, que não sejam necessariamente o turismo.

- Uma vez detectado o *turismo indígena* como uma das possibilidades para os Kadiwéu, é importante refletir e atender plenamente os seguintes aspectos: Foram pensadas estratégias para minimizar as interferências provocadas no meio social, ambiental e cultural da comunidade envolvida? Existe uma equipe multidisciplinar envolvida e preparada para planejar, organizar e assessorar durante o período de maturação da atividade turística? Existe apoio financeiro, logístico e humano interno e externo para fomento da atividade? A decisão dos indígenas será priorizada e respeitada na concepção do turismo? Há o interesse das lideranças e da comunidade em geral em participar de todo o processo? Existe potencialidade cultural e natural para o desenvolvimento pleno da atividade? O *turismo indígena* será uma atividade complementar, e não a principal da comunidade envolvida? Os recursos financeiros gerados serão revertidos para sustentação da atividade e, conseqüentemente, revertidos em benefícios para a comunidade local?

De posse de uma sistematização aprofundada da comunidade, e de uma reflexão abrangente das questões apontadas, caso a comunidade – assessorada por uma equipe profissional transdisciplinar - decida pela implementação do turismo, um planejamento detalhado deverá ser constituído de forma colaborativa com a comunidade. Apontam-se a seguir alguns passos importantes, todavia, mais importante que esses passos, é o real envolvimento da comunidade em cada um deles:

- Levantamento completo da potencialidade natural e cultural disponíveis na comunidade para formatação de um produto consolidado. Para isso, é necessário realizar entrevistas e fazer registros fotográficos, bem como tabular e interpretar os dados coletados. Criação de um Protocolo de Uso e Ocupação dos espaços de interesse coletivo e de utilização turística.
- Organização das lideranças e da comunidade indígena para definição das atividades que serão ofertadas inicialmente e as que serão incorporadas gradativamente ao processo. Observar os elementos culturais que poderão ser divulgados, salvaguardando os aspectos considerados sagrados e/ou internos.
- Treinamento da comunidade indígena no que diz respeito à organização e à realização das atividades a serem oferecidas: hospitalidade e turismo, plano de negócios, plano de gestão, guiamento; técnicas de atendimento em ambientes naturais; técnicas de salvamento; qualificação e certificação dos produtos indígenas, normatização e protocolo de atendimento ao visitante, entre outros.
- Fundação e registro em cartório de uma associação ou cooperativa indígena com finalidade turística, bem como a formação de um Conselho Consultivo composto por indígenas (maioria dos membros) e colaboradores externos envolvidos no planejamento e organização do turismo indígena. Registro e organização dos pontos de apoio administrativo e de receptivo turístico.

- Captação e consolidação de parcerias para implantação da atividade junto ao trade turístico estadual, ao poder público, aos órgãos indigenistas, às universidades e à sociedade civil organizada.
- Montagem do plano de marketing e publicidade do negócio, incluindo mídia impressa, televisiva e virtual *on line*. Realização do *fun tour* (simulação das atividades que serão ofertadas para turistas e visitantes) com empresários do trade turístico, mediante convite para contemplação e avaliação do receptivo turístico. Ajustes das atividades conforme percepção dos empresários e indígenas envolvidos no negócio. Execução do plano de marketing e publicidade. Criação do Voucher único para facilitar o controle da entrada de visitantes e prestação de contas.
- Abertura das visitas durante um dia de campo (*day use*), a fim de estimular o turismo interno,. Por meio dessa iniciativa, poderão ser concedidos descontos para estudantes, professores e para a população regional.
- Criação de um sistema de autoavaliação permanente das atividades desenvolvidas e reunião para prestação de contas e de projeções futuras. Implantação periódica de novas atividades culturais, conforme discussão do Conselho Consultivo e da avaliação dos visitantes. Envio de cartas e e-mails de agradecimento aos visitantes.

Considerando as premissas indicadas, salienta-se, portanto, que a gestão participativa é um item criterioso no momento de aporte da atividade do *turismo indígena*. Se a comunidade Kadiwéu não estiver preparada para receber o turista, seja pela deficiência de equipamentos e objetos que servem de apoio à atividade, seja por carência de preparação da coletividade, o turismo será uma atividade meramente econômica, que não gerará benefícios socioculturais de longo prazo para a RIK.

Igualmente importante é o desenvolvimento de um sistema de participação decisória, como resultado de um processo sociocomunitário. Este deve inserir o indivíduo a condicionantes histórico-culturais que priorizam a relação ao restaurar a capacidade individual e coletiva de cooperar no objetivo único. Nesse sentido, devem ser favorecidas as práticas culturais familiares e sociais das comunidades indígenas na produção e transformação do espaço a partir do turismo, seja pela arte, cultura, tradição, natureza, entre outros elementos (re)tradicionalizados.

Dessa forma, o que compete e se espera no envolvimento de atores externos ao segmento turístico indígena (agentes de viagens, operadores de turismo, gestores públicos, profissionais, entre outros) seja restrito ao apoio consultivo, já que a base deliberativa fica a cargo dos próprios indígenas. Assim, a função dos parceiros externos da atividade turística limita-se a escutar os anseios da comunidade indígena Kadiwéu, observando suas potencialidades e, ao mesmo tempo, gerando recursos e investimentos para que o *turismo indígena* seja, de fato, colocado em prática e projetado para que se alcance o sucesso almejado.

Referências bibliográficas

BAHL, Miguel. *Turismo: enfoques teóricos e práticos*. São Paulo: Roca, 2003.

_____. *Dimensão cultural do turismo étnico*. In: ANSARAH, M.G.dos R; PANOSSO

NETTO, Alexandre Panosso. *Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas*. Barueri – SP: Manole, 2009, p. 121-140.

BARRETTO, Margarita. *Planejamento responsável do turismo*. Campinas: Papirus, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo (Mtur). *Plano Nacional do Turismo 2011 - 2014*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/>. Acesso em 14.09.2011, 14h07’.

FARIA, Ivani Ferrerira. de. *Ecoturismo Indígena Território, Sustentabilidade e Multiculturalismo: princípios para a autonomia*. São Paulo, 204 p. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Programa de Pós Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA). *O índio hoje*. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/indios>>. Acesso em: 04 de outubro de 2011, às 14h32’.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. *Turismo e o “resgate” da cultura Pataxó*. In: BANDUCCI Jr, A.; BARRETO, Margarita. (Org.). *Turismo e Identidade Local. Uma visão antropológica*. São Paulo: Papirus, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Indicadores Conjunturais de 2011*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores.php>. Acesso em 29 de agosto de 2011, 19h32’.

LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. *Povos tradicionais e territórios sociais: reflexões acerca dos povos e das terras de faxinal do bioma mata com araucária*. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente, 2005.

NEW ZEALAND. New Zealand Māori Tourism Council. *ITOC Profile*. Disponível em: <http://www.itoc.org.nz/about.asp>. Acesso em 11.05.2011, 09h11’.

RIBEIRO, Darcy. *O índio e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ROBINS, K. *Tradition and translation: national culture in its global context*. Londres: Routledge, 1991.

RYAN, C. *Some dimensions of Māori involvement in tourism*. In: BONIFACE, Priscilla; ROBINSON, Mike. *Tourism and cultural conflicts*. New York, USA: CABI BUPLISHING, 1998.

SAHLINS, Marshal. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2007.

WHITFIELD, P. *The rough guide to Māori New Zealand: discover the land and the people of Aotearoa*. Auckland – New Zealand: Living Landscapes, 2008.

XII Coloquio de Geocrítica 2012
Bogotá, 7 al 11 de Mayo

